



COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA

Ata da 3ª Reunião Ordinária 2025 do Comitê do Fundo de Transição

Data: 11 de dezembro de 2025	Local: Reunião híbrida realizada presencialmente no escritório do FUNBIO no Rio de Janeiro
Horário: 09:00 às 16:00 horas	
Participantes com direito a voto: Representantes dos Membros Doadores Institucionais: 5 participantes; Representantes dos Membros Doadores Corporativos: 0 participantes; Representante do Membro Doador Indivíduo: 0 participante; Representantes dos Membros do Governo Brasileiro: 1 participante.	
Lista de Participantes: José Alentejano (Presidente do CFT); Meg Symington (WWF-US); Adriana Moreira (GEF); Avelita Chicchón (Moore); Francisco Oliveira (Moore); Mariana Napolitano (WWF-Brasil); Rosa Lemos (Secretária Geral/FUNBIO); Manoel Serrão (Superintendente de Programas/ FUNBIO); Aylton Coelho (Superintendente de Finanças/FUNBIO); Fernanda Marques (Assessora de Projetos/FUNBIO); Ilana Oliveira (Gerente de Portfólio/FUNBIO); Marina Garcia (Gerente de Projetos/FUNBIO); Fernanda Estrella (Analista de Projetos/FUNBIO); Maiara Souza (Assistente de Projetos/FUNBIO), presencialmente, e Rita Mesquita (SBio); Carola Griebenow (KfW); João Luis Ferreira (DAP/MMA); Luiz Felipe de Souza (ICMBio); Carolina Campos (ICMBio); Fábio Ribeiro (Gerente de Projetos/FUNBIO); Marilene Viero (Gerente de Controle Financeiro/FUNBIO); Felipe Araujo Camelo (Analista de Controle Financeiro/FUNBIO), de forma remota.	

Sumário

I.	Apresentações, agenda do dia e revisão dos encaminhamentos da última reunião	2
II.	Eleição de Novos Membros do CFT	3
III.	Execução e Performance FT	3
IV.	Apresentação Gestor Carteira Internacional FT	6
V.	Resultados das Oficinas de Planejamento	7
VI.	Acesso à 3ª Condição de Desembolso (ALS)	7

VII.	Auditorias das UCs (Inclusão FAUC).....	8
VIII.	Plano de Comunicação ARPA.....	9
IX.	Apresentação de Status do Programa – ARPA Comunidades.....	10
X.	Modelagem Financeira – ARPA Comunidades.....	11
XI.	Apresentação do MOP, Governança, Critérios de Alocação de Recursos e Fluxo de Planejamento e Condições de Desembolso	12
XII.	Próximos Passos CFT ARPA Comunidades	15
XIII.	Agenda de Reuniões CFT 2026.....	16
XIV.	Deliberações.....	16
XV.	Encaminhamento	16
XVI.	ASSINATURAS.....	17

I. Apresentações, agenda do dia e revisão dos encaminhamentos da última reunião

A reunião foi aberta pelo Sr. José Alentejano, presidente do CFT, que deu as boas-vindas aos participantes. Na sequência, foram realizadas as apresentações institucionais. Ilana de Oliveira apresentou-se aos participantes, informando seu retorno ao FUNBIO após alguns anos, período no qual já havia atuado como gerente do Programa ARPA, passando a assumir a função de Gerente de Portfólio de Doações Internacionais e Nacionais, área na qual estão alocados o ARPA e o ARPA Comunidades, assumindo integralmente o portfólio de doações. Marina Garcia apresentou-se como nova integrante da equipe, informando que passa a assumir as atribuições anteriormente exercidas por Fábio Ribeiro no âmbito do Programa ARPA, o qual passa a exercer o cargo de Gerente do ARPA Comunidades.

Em seguida, Marina apresentou a agenda do dia e realizou a revisão dos encaminhamentos e deliberações da reunião anterior.

Rita Mesquita (MMA) solicitou esclarecimentos sobre a alocação de recursos prevista para 2026–2027, especialmente o valor de R\$ 1,5 milhão destinado à coordenação do programa, questionando se esse montante contempla os dois componentes do ARPA — gestão/criação de unidades de conservação e ARPA Comunidades —, considerando que possuem coordenações e estruturas institucionais distintas. Em resposta, o Sr. José Alentejano informou que o valor apresentado foi desenhado para cobrir o componente de Criação e Gestão de Unidades de Conservação, e que a questão sobre eventual previsão de recursos para coordenação do ARPA Comunidades poderia ser esclarecida posteriormente, na parte da tarde da reunião.

II. Eleição de Novos Membros do CFT

José Alentejano informou que, com a assinatura dos contratos do ARPA Comunidades, está prevista a entrada de novos membros no CFT. Contudo, destacou que os contratos ainda não foram formalmente assinados e que a documentação necessária não está completa para deliberação nesta reunião. Assim, ficou registrado que não haverá encaminhamentos sobre o tema neste encontro, ficando o assunto para apreciação na próxima reunião do CFT.

Encaminhamento 1: A apreciação da entrada de novos membros no CFT, vinculada à assinatura dos contratos do ARPA Comunidades, fica postergada para a próxima reunião do CFT, após a formalização dos contratos e a disponibilização da documentação necessária.

III. Execução e Performance FT

Fábio Ribeiro apresentou o panorama da execução anual do Programa ARPA desde 2018, destacando que, em 2025, a execução acumulada até out/25 estava em R\$ 39 milhões, com projeção de alcançar aproximadamente R\$ 48 milhões até o encerramento do exercício, desempenho próximo ao observado em 2022. Ressaltou que o programa segue em plena execução, com diversas atividades ainda em andamento no final do ano.

No planejamento do biênio 2024–2025, informou que foram previstos R\$ 129 milhões, dos quais R\$ 95 milhões já foram solicitados. Indicou ainda que, considerando recursos já pagos e contratos em execução, o volume executado alcança aproximadamente R\$ 77 milhões, enquanto o montante total, somando pagamentos e contratos em andamento, chega a cerca de R\$ 83 milhões até outubro de 2025.

Esclareceu, por fim, que a execução estimada de R\$ 48 milhões em 2025 representa aproximadamente metade do valor solicitado para o biênio, em consonância com a lógica de acompanhamento anual da execução dos Planos Operativos.

Manoel Serrão (FUNBIO) destacou que, mesmo considerando a diferença entre o valor planejado e o efetivamente solicitado — da ordem de aproximadamente 27% a 30% — o cenário é positivo. Ressaltou, em especial, o papel do ICMBio no aporte de recursos adicionais, por meio de contrapartidas de compensação ambiental, apontando essa atuação como estratégica e relevante no contexto de transição futura e de complementação aos recursos demandados pelo Fundo de Transição do ARPA. Destacou ainda que essa margem de diferença gera maior conforto para os planejamentos futuros, ao evidenciar oportunidades de mobilização de recursos adicionais por parte dos órgãos gestores, configurando um círculo virtuoso.

Rosa Lemos (FUNBIO) sugeriu que, nos próximos ciclos de planejamento, seja buscada uma melhor calibração desde o início, alinhando de forma mais clara os recursos provenientes de compensações e aqueles previstos no planejamento, de modo a tornar o processo mais integrado, realista e aderente às oportunidades disponíveis.

Marina esclareceu que, no ciclo de planejamento para o próximo biênio de 26/27, a equipe do ICMBio utilizou a ferramenta SAMGePlan para realizar o planejamento com base nas informações disponíveis sobre as diferentes fontes de recursos. Destacou a necessidade de adesão dos estados à ferramenta, adesão essa que foi fomentada por meio de apresentações realizadas pelo ICMBio durante a elaboração e realização das Oficinas de Planejamento.

Luiz Felipe de Souza (ICMBio) agradeceu ao FUNBIO e ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) pela oportunidade de realizar, neste ciclo, o planejamento do ARPA de forma integrada ao planejamento da compensação ambiental. Reconheceu que o processo foi trabalhoso, especialmente no início, em razão das dificuldades de integração das informações. Informou que, apesar dos desafios, foi possível concluir o planejamento dentro da lógica adotada, com acesso a informações mais detalhadas sobre a situação do planejamento. Destacou que as unidades de conservação (UCs) passaram a planejar os recursos do ARPA já considerando os valores previstos de compensação ambiental, o que contribui para a redução de sobreposições, a otimização de esforços e o fortalecimento de um planejamento mais efetivo para as unidades de conservação.

Rosa parabenizou o trabalho realizado. Em complemento, Adriana Moreira (GEF), destacou que o momento é de celebração para o Programa ARPA, ressaltando como fato relevante a integração bem-sucedida do planejamento e a ampliação do aporte de recursos internos do governo, em especial da compensação ambiental. Enfatizou que esse avanço representa uma mudança positiva na trajetória histórica do programa, marcada pela transição gradual da dependência de recursos de doação para o fortalecimento de fontes internas de financiamento. Adriana ressaltou que esse movimento demonstra um compromisso concreto com a execução do programa e pode representar um marco para o ARPA, especialmente a partir de 2025. Parabenizou o ICMBio, o MMA, a Secretaria responsável, o presidente do colegiado, bem como os parceiros institucionais e doadores, reconhecendo o esforço conjunto envolvido. Registrou, ainda, que essa conquista é vista de forma muito positiva pelos doadores privados, multilaterais e bilaterais, destacando a relevância do momento para a consolidação e sustentabilidade do programa.

Rita agradeceu as manifestações e fez um reconhecimento enfático ao ICMBio pelo aprimoramento dos processos de acesso aos recursos de compensação ambiental, destacando o papel da Câmara Técnica, com participação do MMA, nesse avanço. Reforçou o mérito institucional do ICMBio na condução do processo.

Em seguida, Luiz Felipe de Souza agradeceu os elogios e ressaltou que, apesar dos desafios, a meta de integração vem sendo alcançada de forma gradual. Informou que para as UCs do ICMBio a execução do planejamento do ARPA encontra-se em torno de 85%, com perspectiva de ampliação, destacando que o trabalho não substitui outras fontes, mas ocorre de forma sinérgica com a compensação ambiental. Indicou que já há compatibilização com recursos de compensação ambiental estimados em aproximadamente R\$ 80 milhões, com possibilidade de aumento, o que projeta um cenário positivo para o próximo período. Luiz Felipe informou ainda que essas informações serão disponibilizadas ao CFT por meio de painéis de acompanhamento, permitindo o

monitoramento da execução dos recursos do ARPA, em conjunto com o FUNBIO, e da compensação ambiental, com detalhamento sobre a aplicação dos recursos, ações e serviços realizados. Destacou, por fim, a atuação integrada e colaborativa entre as equipes envolvidas.

Aylton apresentou um panorama sobre a estratégia de investimentos do Fundo de Transição, destacando que a diversificação entre carteiras nacionais e internacionais tem se mostrado adequada e eficiente. Informou que a política de investimentos adota um perfil conservador e que, mesmo assim, a carteira nacional retornou mais de 3% ao ano em termos reais, o que tem sido compatível com o contexto brasileiro recente e permitiu a recuperação de períodos anteriores de menor desempenho. Explicou que, na carteira nacional, aproximadamente dois terços dos recursos estão alocados em renda fixa, majoritariamente atrelada a índices de inflação e juros, enquanto, na carteira internacional, cerca de dois terços estão alocados em ativos de renda variável, refletindo um mandato distinto e maior apetite por retorno no longo prazo. Ressaltou que, por essa razão, não é adequado comparar diretamente os resultados dos gestores nacionais e internacionais. Informou que, no período recente, a carteira internacional apresentou retorno da ordem de 4,64% no ano, superando o limite de referência, e que, no horizonte de longo prazo, os investimentos alcançaram retorno aproximado de 8,39% acima dos índices de referência, evidenciando a qualidade dos ativos e da gestão. Destacou ainda que o acompanhamento contínuo da carteira tem demonstrado resultados satisfatórios ao longo do tempo, apesar de oscilações pontuais de curto prazo.

Aylton esclareceu que, em função da necessidade de garantir recursos para todo o ano de execução do Programa ARPA, não foram realizados saques das carteiras nacionais e internacionais no período, assegurando estabilidade e previsibilidade para os gestores. Apresentou, de forma ilustrativa, a dimensão do fundo, que soma aproximadamente R\$ 652 milhões na carteira nacional e mais de US\$ 84 milhões na carteira internacional, ressaltando a predominância de renda fixa no Brasil e maior participação de renda variável no exterior.

Por fim, destacou que a estratégia adotada também sustenta o ARPA Comunidades e o eixo de Proteção e Gestão de Emergências, reforçando que a carteira nacional, atualmente em torno de R\$ 200 milhões, tem gerado retorno real positivo acima da inflação, assegurando previsibilidade, estabilidade e capacidade de execução contínua do programa.

José Alentejano agradeceu a apresentação e sintetizou que o ano em curso tem apresentado desempenho positivo em termos de retornos do portfólio, tanto na carteira nacional quanto na internacional. Ressaltou que, embora o retorno da carteira internacional tenha ficado abaixo do desempenho médio do mercado global, isso se deve ao fato de os investimentos estarem concentrados em fundos com critérios ESG, que seguem princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança. Explicou que, no período, ativos não elegíveis à política de investimentos do fundo — como empresas do setor de armamentos e de petróleo — apresentaram desempenho elevado, o que elevou o retorno geral do mercado, mas não se refletiu na carteira do programa, em função das restrições e valores adotados. Destacou que essa diferença de desempenho é compatível com a estratégia e os princípios do fundo.

IV. Apresentação Gestor Carteira Internacional FT

José Alentejano introduziu o item da pauta referente à apresentação dos gestores internacionais, destacando que a carteira é gerida com base em critérios ESG, em consonância com as restrições e valores do programa. Ressaltou que, embora essa abordagem possa resultar em desempenho distinto do mercado em determinados períodos, ela reflete uma escolha estratégica alinhada aos princípios do ARPA.

Bruno Matias (Julius Baer) informou que a gestão da carteira internacional segue rigorosamente os critérios de sustentabilidade, governança e filtros ambientais e sociais definidos na política de investimentos. Destacou que, desde o início do mandato, a carteira tem apresentado resultados consistentes, com boa resiliência frente à volatilidade do mercado internacional, e perspectivas positivas para os próximos ciclos.

Gian-Reto Cavelti (Julius Baer) apresentou Silvia Wegmann (Julius Baer) como a gestora responsável pela carteira internacional de sustentabilidade da Julius Baer, informando que a instituição atua como gestora do FUNBIO desde 2018, e deu início à apresentação técnica sobre o processo de investimento e gestão do portfólio.

Silvia apresentou a metodologia de seleção e acompanhamento das empresas incluídas na carteira internacional do FUNBIO, com foco em investimentos sustentáveis e responsáveis (ESG). Destacou que o processo é estruturado em três etapas principais:

1. Screening Qualitativo ESG: avaliação inicial das empresas quanto a fatores ambientais, sociais e de governança. Inclui análise de emissões de CO₂, alinhamento com metas de Net Zero e Paris Agreement, biodiversidade e capital humano. Também são verificadas normas globais e direitos humanos, além da exclusão de empresas controversas, como fabricantes de armamentos.
2. Overlay Temático: avaliação se a empresa possui produtos ou serviços que promovam benefícios sociais e ambientais, como eficiência no uso de recursos, economia circular, reciclagem, tecnologias limpas e construções energeticamente eficientes.
3. Análise Financeira Quantitativa: análise da qualidade financeira das empresas, garantindo solidez, estabilidade e aderência à política de investimentos do FUNBIO.

Silvia detalhou ainda os quatro grandes pilares do ESG:

- Ambiental: além de CO₂ e Net Zero, avalia transição para operações sustentáveis, capital natural e biodiversidade, com atenção crescente para obtenção de dados mais completos sobre esses temas.
- Social: inclui análise do capital humano, do relacionamento com funcionários, fornecedores, clientes e comunidades locais, considerando saúde, nutrição, segurança alimentar e empoderamento econômico.
- Governança: examina qualidade da gestão, reputação dos membros do conselho, transparência contábil e aderência a boas práticas de governança corporativa.

- Normas Globais: compliance com padrões internacionais de direitos humanos e ESG.

Silvia ressaltou que apenas empresas responsáveis e sustentáveis são incluídas na carteira, sendo excluídas as tradicionais que não atendem aos critérios ESG. O acompanhamento é contínuo, com relatórios periódicos que detalham a sustentabilidade das participações e o cumprimento das metas climáticas, incluindo alinhamento médio da carteira com o Paris Agreement (1,5°C). Silvia e Bruno destacaram a integração entre a equipe do Julius Baer e a equipe do FUNBIO, garantindo alinhamento estratégico e tático do portfólio, adaptação a choques externos (como conflitos geopolíticos) e maximização de resultados financeiros e socioambientais. Foram citados exemplos de temas emergentes de sustentabilidade, incluindo eficiência hídrica, economia circular, edifícios sustentáveis e alimentação saudável. Por fim, Silvia e a equipe enfatizaram o compromisso de manter contato contínuo com o FUNBIO para revisões periódicas da carteira e ajustes estratégicos, assegurando que os investimentos estejam alinhados aos valores do programa e às melhores práticas internacionais de ESG.

V. Resultados das Oficinas de Planejamento

Fernanda Estrella (FUNBIO) apresentou um panorama das atividades realizadas no planejamento do biênio 2026-2027 e das oficinas voltadas às UCs apoiadas pelo Programa ARPA. Ressaltou que o planejamento foi conduzido de forma integrada, com participação da UCP (DAP/MMA), do ICMBio, órgãos gestores estaduais e gestores, incluindo visitas presenciais a três localidades, com foco no fortalecimento de vínculos institucionais e na compreensão da origem dos recursos. Foram realizadas oficinas interativas com dinâmicas de avaliação de desafios, identificação de oportunidades de aprimoramento do Programa e dos mecanismos de execução e discussões sobre integração territorial e sustentabilidade financeira. As atividades permitiram a coleta de insumos para atualização do Plano de Consolidação e revisão das expectativas de consolidação das UCs. Fernanda enfatizou o papel das oficinas na capacitação das equipes, incluindo suporte técnico remoto e esclarecimento de dúvidas sobre modalidades de execução, com envolvimento de diferentes instâncias do FUNBIO. Foram realizados quatro encontros virtuais e três presenciais, abrangendo 120 UCs, contemplando R\$ 134 milhões em recursos planejados, com custos logísticos e de deslocamento aproximados de R\$ 300 mil. Destacou que, em 2026, será realizada a aplicação da nova avaliação dos mecanismos de execução, bem como a análise dos relatórios das oficinas e o processamento dos insumos coletados, com o objetivo de atualizar o Plano de Consolidação das UCs.

VI. Acesso à 3ª Condição de Desembolso (ASL)

Fábio apresentou o andamento do processo de liberação do desembolso final do contrato do ASL, no valor de USD 10.000.000, destacando que, em 2025, já no primeiro semestre, iniciou-se diálogo com o Banco Mundial sobre a alteração da condição de desembolso. Foram considerados

recursos de compensação ambiental, com consulta ao ICMBio (Carta 594), recebendo-se retorno em outubro sobre valores disponíveis para UCs apoiadas pelo Programa ARPA, totalizando mais de R\$ 60.000.000, e portanto, superando a contrapartida necessária. Com endosso do MMA, o processo foi encaminhado ao Banco Mundial, sob acompanhamento da gerente do projeto, Bernadete Lange, e recebeu devolutiva solicitando ajustes textuais, com expectativa de conclusão ainda em 2025 ou, no máximo, em janeiro de 2026. Estima-se que a liberação do desembolso ocorra até o início de 2026, dentro do prazo do contrato aditivado vigente até março.

Rosa informou que o envio da carta foi muito bem conduzido por Mauro Pires e Luiz Felipe (ICMBio), com endosso da Rita, e que Bernadete já iniciou o processo no banco para agilizar a tramitação, estando comprometido em dar andamento de forma rápida.

Adriana, como representante do GEF, solicitou esclarecimentos sobre a internalização dos US\$ 10.000.000 a serem desembolsados pelo Banco Mundial, em especial quanto à conversão para reais ou manutenção em dólares. Foi esclarecido que a utilização dos recursos observará a política do programa, incluindo a regra de manutenção de quatro anos de projeção de gastos em reais no Brasil.

José Alentejano destacou que o planejamento financeiro admite flexibilidade, sem caráter especulativo. Aylton informou que, conforme o fluxo de caixa e a estrutura de contas do programa, a previsão é de ingresso direto dos recursos na conta operacional para suportar a execução do próximo exercício, comprometendo-se a realizar a avaliação sobre a parcela a ser internalizada na carteira nacional e aquela que poderá permanecer na carteira internacional, em atendimento à regra dos quatro anos.

Adriana esclareceu que, do ponto de vista do Banco Mundial, os recursos podem ser distribuídos entre as carteiras nacionais e internacionais. Foi ainda registrado que, diante da imprevisibilidade da variação cambial, a internalização antecipada dos recursos poderá ser mais vantajosa, evitando eventuais desinvestimentos e a incidência de imposto de renda.

VII. Auditorias das UCs (Inclusão FAUC)

Fábio informou que foi solicitada à empresa Sá Leitão, responsável pela auditoria das UCs, proposta para inclusão, no escopo da auditoria, de uma avaliação da FAUC preenchida pelas Unidades de Conservação, conforme demanda já discutida em reuniões anteriores, inclusive no âmbito do CFT. A avaliação tem como objetivos verificar a correta aferição da FAUC, a adequação das informações preenchidas pelas UCs, a aderência do plano de consolidação, a consistência do nível de consolidação declarado com a realidade e a identificação de eventuais manutenções ou regressões, bem como seus fatores determinantes.

Quanto aos critérios, a proposta prevê a verificação da razoabilidade das respostas, da integridade da base de dados, da correção do cálculo do nível de consolidação e da consistência documental que comprove os resultados, incluindo justificativas para eventuais regressões. Em termos de valores, para o ciclo de auditoria de 2025, com cinco UCs, o custo estimado é de R\$ 14.000

por UC, resultando em acréscimo de R\$ 70.000 ao contrato vigente. Foi apresentada também a possibilidade de inclusão no ciclo atual (2023–2024), que contempla dez UCs, ao custo de R\$ 10.500 por UC. Fábio destacou, por fim, a necessidade de considerar, na análise do Comitê, a existência de recursos da UCP para a contratação de consultoria voltada à migração da verificação da efetividade das UCs para o método SAMGe Plan a fim de avaliar a complementaridade ou sobreposição das iniciativas.

José Alentejano buscou esclarecer a decisão a ser submetida ao CFT, destacando que se trata de avaliar a conveniência de incluir a auditoria da FAUC no escopo das auditorias das UCs. Fábio esclareceu que, no ciclo atual (2023–2024), que contempla dez unidades, a inclusão representaria um acréscimo de R\$ 105.000 ao contrato vigente, enquanto, no ciclo seguinte (2025), referente a cinco unidades a serem auditadas em 2026, o custo adicional seria de R\$ 70.000. Informou que, somados, os valores totalizariam R\$ 175.000 ao longo de dois anos, abrangendo a auditoria de quinze unidades (dez no ciclo atual e cinco no próximo)

Rita questionou os critérios de seleção das UCs a serem avaliadas e se as auditorias envolvem visitas in loco. Fábio esclareceu que a escolha é feita pela empresa de auditoria, com base nos dados do ciclo e da FAUC, considerando critérios de representatividade de órgãos gestores, categorias, estados e níveis de consolidação, e que as auditorias podem ser presenciais ou remotas, sendo o ciclo atual realizado em formato híbrido e o próximo, previsto como presencial.

Deliberação 1: Aprovada a destinação de verba de R\$ 175.000 para inclusão da avaliação da FAUC no escopo das auditorias, abrangendo a avaliação de 15 Unidades de Conservação, sendo 10 referentes ao ciclo atual (2023–2024) e 5 ao ciclo de 2025, a serem auditadas em 2026

VIII. Plano de Comunicação

Foi apresentada por Fábio Ribeiro, a síntese do diagnóstico e da proposta do Plano de Comunicação do Programa ARPA, elaborados pela empresa LaComunica. O diagnóstico indicou baixo nível de conhecimento e reconhecimento externo do Programa, percepção limitada de seus impactos e fragilidades na governança, no orçamento e na curadoria da comunicação, apesar da consistência técnica e dos resultados alcançados. O plano propõe uma estratégia de comunicação integrada, com foco em diferentes públicos estratégicos e ações estruturadas de divulgação de resultados, narrativas e posicionamento institucional. O investimento estimado é de aproximadamente R\$ 1,5 milhão no primeiro ano, com redução prevista nos anos subsequentes.

Rita Mesquita ressaltou que o desenho atual de atuação das consultorias influencia a articulação institucional e pode impactar os resultados da estratégia de comunicação do Programa, manifestando preocupação com os achados do diagnóstico e reforçando a necessidade de fortalecer a comunicação do ARPA junto à sociedade, de modo a ampliar o apoio público às ações de conservação.

Mariana Napolitano, do WWF, informou que a estratégia de comunicação do ARPA Comunidades já estava prevista no termo de cooperação com a WWF e que a contratação da LaComunica, responsável também pelo plano de comunicação do ARPA, cria oportunidade para integração da comunicação do Programa. Destacou a necessidade de alinhamento entre FUNBIO, WWF e Ministério, a definição de prioridades para implementação do plano e o reforço de uma estratégia única de comunicação para o ARPA, incluindo o componente Comunidades, com cautela na gestão de expectativas nos territórios.

Encaminhamento 2: FUNBIO, WWF e Ministério, deverão realizar alinhamento institucional para definir prioridades e etapas de implementação do Plano de Comunicação, visando à adoção de uma estratégia unificada de comunicação do Programa ARPA, com atenção à gestão de expectativas nos territórios.

IX. Apresentação de Status do Programa – ARPA Comunidades

Mariana Napolitano iniciou falando sobre o lançamento oficial do Programa na COP 30, na zona verde, com a assinatura do memorando de entendimentos pelo MMA, com participação dos doadores e outros representantes do Programa, como o Sr. Julio Barbosa (comunitário e presidente da CNS). A assinatura do memorando de entendimentos garante a aprovação de documentos importantes para o Programa, como o plano de conservação, condições de desembolso, modelo financeiro do programa e uma proposta de estruturação de alinhamento e reporte. Além deste documento, a portaria que estabelece a estrutura de governança também foi publicada durante o período da COP 30. Mariana continuou sua fala informando que, neste momento, há uma fase de transição, passando do desenvolvimento do Programa para a sua implementação e que o desafio atual é instalar a governança rapidamente, e para isso, espera-se grande colaboração do MMA. O modelo para início das atividades do programa está sendo pensado pelas equipes envolvidas. Há uma consultoria contratada para estruturar o modelo dos planos de vida, e outra para desenho do modelo dos planos de negócios. O desenvolvimento da estratégia de comunicação do Programa e da comunidade de aprendizagem está em fase inicial. Há uma conversa avançada com o Instituto Conexão Povos da Floresta, uma parceria importante para o Programa e outra parceria sendo pensada para apoiar no monitoramento do Programa ao longo dos anos.

Fernanda Marques (FUNBIO), complementou que há uma atuação em três frentes com apoio do KfW, através da contratação de consultorias para estruturação dos instrumentos de salvaguardas, mapeamento das regulamentações que abrangem as UCs, mapeamento das organizações comunitárias e seus graus de maturidade.

Avecita Chicchón (Moore), questionou sobre a obtenção de uma linha de base para o Programa. Fernanda respondeu que está sendo desenhada junto à Secretaria Nacional de Bioeconomia, tanto para as organizações comunitárias quanto para a sociobioeconomia.

Mariana informou que a prioridade no momento é consolidar parcerias, finalizar as consultorias que estão em andamento, estruturar a governança do Programa e definir o escopo das atividades para o primeiro ano do Programa.

Fernanda ressaltou a importância da articulação com os estados e órgãos gestores para que todos estejam em alinhamento. Mariana informou que após a COP houve uma reunião que fortaleceu o contato com os parceiros.

X. Modelagem Financeira – ARPA Comunidades

Fernanda Marques iniciou sua apresentação informando que, inicialmente, o modelo foi desenhado com base em um cenário orçamentário de USD 150 milhões para o período de 15 anos, mas, para que não se perdesse oportunidades importantes de financiamento, foi necessário um ajuste no modelo para refletir a realidade diante do prazo estabelecido para essa definição.

Com o ajuste, o recurso total passou para USD 120 milhões. Neste novo cenário, buscou-se minimizar os impactos com desses ajustes. Nas reuniões com as Organizações Comunitárias, foi muito enfatizada a importância do apoio direto às comunidades, portanto, foi preservado o investimento original pensado para o componente 1 (Fortalecimento das Organizações Comunitárias). O foco da redução foi principalmente no componente 2 (Promoção da Sociobioeconomia): redução da quantidade de organizações produtivas apoiadas de 120 para 70, redução do tempo de apoio de organizações em consolidação de 5 para 4 anos, redução do período de apoio de organizações em *phaseout* de 10 para 8 anos, corte na atividade 1.4 associada a planos de cadeias de valor e corte na linha 2.1.1 associada a logística e suporte técnico para agregação de valor. No componente 3 houve uma redução de 75% no número de famílias atendidas no projeto piloto de energia elétrica, destinado a fazer frente a possíveis desafios enfrentados na implementação do Luz Para Todos. Houve também redução do número de organizações produtivas apoiadas para recebimento de energia produtiva de 120 para 70.

Deste modo, considera-se que as metas de impacto mais relevantes para o Programa foram mantidas. Espera-se que ao longo da implementação do Programa haja oportunidades para melhor trabalhar estes investimentos e diversificação.

Mariana Napolitano colocou que há um grande investimento em projetos de sociobioeconomia na Amazônia, então, coordenar esses investimentos pode minimizar muito os impactos dos ajustes realizados.

Francisco Oliveira (Moore), colocou que existem, em diferentes esferas, esforços associados aos quatro primeiros componentes do Programa que precisam ser coordenados para que seja possível alcançar os resultados de forma coordenada. Mariana Napolitano informou que está sendo pensada a elaboração de um grupo de trabalho para fazer esta integração.

Fernanda Marques apresentou uma estimativa de disponibilização de recursos para os anos de 2026 até 2032.

Avecita Chicchón perguntou como os recursos a serem aportados no Fundo de Transição serão investidos. José Alentejano respondeu que a ideia é seguir a mesma política de investimentos do ARPA. Mesma política, mesmos gestores, porém, contas diferentes e relatorias separadas. Assim, a gestão de investimentos será feita pela Pragma no Brasil e Julius Baer no exterior.

José Alentejano ressaltou que o modelo financeiro foi originalmente desenhado com um recurso previsto de USD 150 milhões a ser aportado integralmente no seu lançamento, e por esse motivo o Programa vai precisar ter flexibilidade para lidar com variações tanto no cronograma como no valor total de aportes. Ressaltou também a importância de rodar a modelagem novamente a cada 3 anos para possibilitar ajustes de curso.

XI. Apresentação do MOP, Governança, Critérios de Alocação de Recursos e Fluxo de Planejamento e Condições de Desembolso

1. Apresentação do MOP

Fábio Ribeiro esclareceu que o MOP está sendo reformulado. O conteúdo do módulo 1 continuará sendo sobre o ARPA Criação e Gestão de UCs. O módulo 2 foi dividido em 3 seções: a primeira trata do Fundo de Transição, a segunda sobre o ARPA Criação e Gestão de UCs, e a terceira, do ARPA Comunidades. O módulo 3 do MOP trata especificamente sobre o ARPA Comunidades, e inclui os itens Apresentação; Contexto; Objetivos do programa (Objetivos geral e específicos e Componentes do Programa); Aspectos financeiros (Estratégia e Modelagem); Arranjo institucional e governança; Gerenciamento do programa (Planejamento, Execução, Monitoramento e avaliação e Relatórios); Riscos, salvaguardas, gênero, canais de reclamação e denúncias; Comunicação e uso da marca; e Anexos.

O documento do MOP ainda é uma versão preliminar que será circulada para contribuições e possíveis alterações. Algumas informações se repetem no módulo 2 e 3 para permitir que sejam lidos de forma isolada, possibilitando o entendimento do Programa em ambos os módulos.

2. Governança

Fábio apresentou o arranjo de governança do Programa, destacando a constituição de dois conselhos, o Conselho ARPA Criação e Gestão de Unidades de Conservação e o Conselho ARPA Comunidades, a criação das Unidades de Coordenação do Programa (UCPs) e a atuação do FUNBIO como Unidade Operacional e gestor do Fundo de Transição.

De acordo com a Portaria GM/MMA Nº 1512, de 13 de novembro de 2025, o Comitê do Programa ARPA passa a ter novas atribuições além das que já possuía. Foram apresentadas as

competências e atribuições de todas as instâncias da Governança, assim como o número de representantes de cada uma.

3. Critérios de Alocação de Recursos

Fábio apresentou os critérios de elegibilidade para os componentes 1 e 2. É esperado que todas as UCs participem do programa, mas as que não atenderem aos critérios terão ainda a oportunidade de serem apoiadas pelo ARPA futuramente. Não é possível iniciar a operacionalização com as 60 UCs imediatamente, então, há uma expectativa de entrada aos poucos das UCs no Programa, e para isso, foram criados critérios de priorização.

Para os componentes 1 e 2, as UCs devem possuir plano de manejo. Para o componente 1, é necessário também que tenham Conselho deliberativo ativo, com registro de pelo menos 01 reunião realizada no último ano.

Para serem consideradas elegíveis a participar de todos os componentes do projeto, as Organizações Comunitárias (OCs) e as Organizações Produtivas da Sociobiodiversidade (OPS) devem possuir CNPJ ativo e comprovar existência legal da organização por, no mínimo, dois anos e possuir vínculo formal com a UC, por meio de instrumentos reconhecidos pelo órgão gestor competente (como o ICMBio ou órgãos estaduais de meio ambiente).

No componente 1, as OCs precisam comprovar a sua natureza comunitária, com atuação voltada à defesa dos direitos coletivos, acesso a políticas públicas, proteção territorial, representação social e fortalecimento da identidade cultural local.

No componente 2, As OPS precisam funcionar como associações produtivas de bioeconomia, legalmente constituídas e com foco em atividades econômicas sustentáveis e estar operando em consonância com o plano de manejo da UC onde atuam.

O componente 1 priorizará as UCs com um maior número de pessoas impactadas. O processo de priorização das Organizações comunitárias (OCs) levará em consideração as organizações que possuem infraestrutura limitada. Além disso, será dada ênfase às organizações que apresentem diretorias compostas por mulheres e jovens.

O componente 2 priorizará as UCs que tiveram os maiores resultados do índice consolidado. Este índice levou em consideração três fatores: Potencial de escala, acesso logístico e maior taxa de desmatamento. A priorização das Organizações Produtivas (OPS) será feita a partir do nível de maturidade e critérios técnicos, podendo receber uma abordagem personalizada.

Para a priorização das UCs no componente 3 serão levadas em consideração os critérios para os componentes 1 e 2. As UCs que já participam do Componente 2 terão prioridade na implementação de soluções de energia produtiva. Em relação à energia doméstica, a atuação será voltada para comunidades não atendidas por políticas públicas pré-existentes.

Carolina Campos, do ICMBIO, questionou como vai ser a participação das chefias das UCs no Programa.

Fernanda Marques respondeu que o programa está numa fase de mobilização de diversos atores para maior participação na estruturação de diálogos, discussões e aprofundamento em diferentes frentes do Programa. Explicou que os conselhos são uma instância chave para discussão e convergência, e por isso a exigência de haver conselhos em funcionamento nas UCs a serem apoiadas. Os gestores serão fundamentais para estimular e orientar as discussões nos conselhos deliberativos de cada UC.

Manoel Serrão, do FUNBIO, explicou que a unidade de planejamento é a UC e o fórum de governança é o conselho deliberativo, que os conselhos são um elo entre o ARPA Gestão e Criação de UCs e o ARPA Comunidades e que estes devem ser fortalecidos já nos primeiros anos de implementação do Programa. Complementou dizendo que é importante fazer um link do conjunto de políticas públicas que chegam através da gestão da UC e as atividades que serão desenvolvidas no ARPA Comunidades.

Luiz Felipe, do ICMBIO, reforçou a fala de Carolina e colocou que o ICMBIO tem muita expectativa de fazer parte do processo do amadurecimento deste novo componente do ARPA, porém, ainda não conseguiram consolidar o entendimento do papel do ICMBIO e dos demais Órgãos Gestores e da gestão das UCs em relação ao ARPA Comunidades. No momento, enxerga que o papel do ICMBIO dentro da governança está extremamente limitado. Luiz questionou quem vai fazer o planejamento e disse que é importante que as ações do Programa estejam previstas dentro dos planos de manejo e dentro das ações dos conselhos deliberativos, e perguntou como vai ser a prestação de contas das atividades que acontecerão no território.

Rita colocou que parece que há subcritérios de priorização em cada componente que serão independentes e reforçou a necessidade de interação entre os componentes do Programa, exemplificando que se o conselho for fortalecido para ações da bioeconomia, não pode ser perdida a oportunidade para incluir as ações de conservação da biodiversidade, e que a noção de fortalecimento das OCs não deve perder de vista os outros componentes.

Manoel respondeu à Carolina, Luiz e Rita ponderando que tudo que foi colocado converge com as preocupações do FUNBIO, e que o ARPA Comunidades é um programa novo, de grande escala, com muitos parceiros, e que há a necessidade de fazer uma rodada específica para estressar com os parceiros as dinâmicas do programa, pois eles estão em contato mais direto com a ponta.

Adriana Moreira colocou que teve muita participação do ICMBIO no processo de construção do programa, e ressaltou a importância de identificar quem são as comunidades que participaram das oficinas, quem são os gestores que estão mais engajados e enfatizou a importância de demonstrar alguma implementação do programa no ano de 2026. Propôs que seja feita uma reflexão sobre quais são as ações que podem começar no próximo ano, com alguma atividade concreta para sair do status de planejamento/preparação.

Fábio apresentou o fluxo de planejamento, e Manoel complementou que o fluxo ainda está em construção.

Rosa Lemos ressaltou a importância de esclarecer para as comunidades que o projeto foi aprovado, tem recursos comprometidos, mas há um processo longo para permitir que o recurso chegue na ponta.

Encaminhamento 3: Definir, em janeiro de 2026, uma data para realizar uma conversa conjunta com os parceiros, a fim de aprofundar a discussão sobre as dinâmicas do programa, envolvendo o ICMBio e os órgãos gestores.

4. Condições de Desembolso

Fábio conduziu a apresentação das condições de desembolso, que são semelhantes às do ARPA Criação e Gestão de UCs.

José Alentejano destacou que as fórmulas das condições de desembolso serão elaboradas ao longo do próximo período.

Rita perguntou se a criação de UCs do ARPA Comunidades, que é uma condição de desembolso, vai ser tocada pelo ARPA Criação e Gestão de UCs.

Fernanda Marques informou que sim, que a intenção é que esta linha seja atendida pelo ARPA Criação e Gestão de UCs, mas que é necessário enfatizar a busca pelo compromisso com essa expansão.

Mariana Napolitano complementou que essa meta de criação de UCs fica explícita como uma condição de desembolso para que se pense em inovação no processo de criação. Quais são as inovações necessárias em termos de recurso, articulação e discussões para alcançar essa meta?

XII. Próximos Passos CFT ARPA Comunidades

Mariana colocou que a instalação da governança precisa começar pelo comitê do programa, que é preciso definir a composição do comitê porque ele é responsável pela indicação de uma série de cadeiras no conselho, que é uma organização complexa. E é um passo essencial para uma série de atividades que precisam acontecer no programa.

Fernanda Marques complementou que outros passos fundamentais são a aprovação do MOP, que precisa ser aprovado pela governança, e de um pacote de entrada com a definição das primeiras atividades a serem realizadas pelo Programa. A instalação da governança é fundamental para que em sequência esses outros dois passos caminhem para poder iniciar a execução do programa. O aporte de alguns recursos depende da aprovação do MOP, que por sua vez depende da instalação da governança.

Encaminhamento 4: Realizar, no início de 2026, reunião entre o MMA, o FUNBIO e o ICMBio para discutir a instalação da governança.

XIII. Agenda de Reuniões CFT 2026

1ª reunião – 7 de abril – Mista – Brasília/remota

2ª reunião – 10 e 11 de agosto – presencial na Amazônia (a definir)

3ª reunião – 08 de dezembro – Mista - presencial no Rio de Janeiro/Remoto

Encaminhamento 5: Avaliar a possibilidade de realizar a reunião presencial de agosto na Amazônia.

XIV. Deliberações

Descrição
Deliberação 1: Aprovada a inclusão da avaliação da FAUC no escopo das auditorias, abrangendo a avaliação de 15 Unidades de Conservação, sendo 10 referentes ao ciclo atual (2023–2024) e 5 ao ciclo de 2025, a serem auditadas em 2026.

XV. Encaminhamento

Ponto de pauta	Descrição	Responsável
Eleição de Novos Membros do CFT	Encaminhamento 1: A apreciação da entrada de novos membros no CFT, vinculada à assinatura dos contratos do ARPA Comunidades, ficará postergada para a próxima reunião do CFT, após a formalização dos contratos e a disponibilização da documentação necessária.	FUNBIO/Presidente do CFT
Plano de Comunicação	Encaminhamento 2: FUNBIO, WWF e Ministério, deverão realizar alinhamento institucional para definir prioridades e etapas de implementação do Plano de Comunicação, visando à adoção de uma estratégia unificada de comunicação do Programa ARPA, com atenção à gestão de expectativas nos territórios.	UCP/WWF/MMA

Apresentação do MOP, Governança, Critérios de Alocação de Recursos e Fluxo de Planejamento e Condições de Desembolso	Encaminhamento 3: Definir, em janeiro de 2026, uma data para realizar uma conversa conjunta com os parceiros, a fim de aprofundar a discussão sobre a dinâmica do programa, envolvendo o ICMBio e os órgãos gestores.	FUNBIO
Próximos Passos CFT ARPA Comunidades	Encaminhamento 4: Realizar, no início de 2026, reunião entre o MMA, o FUNBIO e o ICMBio para discutir a instalação da governança.	MMA/Sbio
Agenda de Reuniões CFT	Encaminhamento 5: Avaliar a possibilidade de realizar a reunião presencial de agosto na Amazônia.	

XVI. ASSINATURAS

11 de dezembro de 2025.

MEMBROS CFT DOADORES INSTITUCIONAIS:

José A Alentejano

José A Alentejano (19/01/2026 17:46:22 GMT-3)

José Augusto Alentejano

WWF/Brasil

Avecita Chicchón

Avecita Chicchón (22/01/2026 23:16:04 EST)

Avecita Chicchón

Gordon and Betty Moore Foundation

Adriana Moreira

GEF



Meg Symington (19/01/2026 17:06:17 EST)

Meg Symington

WWF/US



Carol Griebenow (06/02/2026 07:51:02 GMT-3)

Carola Griebenow

KfW



Francisco Jose Barbosa de Oliveira Filho (20/01/2026 20:24:29 GMT-3)

Francisco Oliveira

Gordon and Betty Moore Foundation

MEMBRO CFT DO GOVERNO BRASILEIRO:



Rita de Cássia G. Mesquita (20/01/2026 16:33:51 GMT-3)

Rita Mesquita

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

SECRETARIA EXECUTIVA CFT:



Rosa Maria Lemos de Sá (19/01/2026 20:57:26 GMT+1)

Rosa Lemos de Sá

Secretaria Geral / FUNBIO

ARPA - Ata da 3ª reunião ordinária do Comitê do Fundo de Transição - 11-12-2025

Relatório de auditoria final

2026-02-23

Criado em:	2026-01-19 (Horário Padrão do Uruguai)
Por:	Bruno Pinheiro (bruno.pinheiro@funbio.org.br)
Status:	Assinado
ID da transação:	CBJCHBCAABAAgQPov_upAS9jsV1hKXb-2thAWdtcmqic

Histórico de "ARPA - Ata da 3ª reunião ordinária do Comitê do Fundo de Transição - 11-12-2025"

-  Documento criado por Bruno Pinheiro (bruno.pinheiro@funbio.org.br)
2026-01-19 - 16:15:51 GMT-3- Endereço IP: 186.205.18.8
-  Documento enviado por email para margaretsymington@gmail.com para assinatura
2026-01-19 - 16:17:28 GMT-3
-  Documento enviado por email para cerrado95@yahoo.com para assinatura
2026-01-19 - 16:17:28 GMT-3
-  Documento enviado por email para avecita.chicchon@moore.org para assinatura
2026-01-19 - 16:17:28 GMT-3
-  Documento enviado por email para carola.griebenow@gmail.com para assinatura
2026-01-19 - 16:17:28 GMT-3
-  Documento enviado por email para alentejano@pobox.com para assinatura
2026-01-19 - 16:17:29 GMT-3
-  Documento enviado por email para Rosa Maria Lemos de Sá (rosa.lemos@funbio.org.br) para assinatura
2026-01-19 - 16:17:29 GMT-3
-  Documento enviado por email para francisco.oliveira@moore.org para assinatura
2026-01-19 - 16:17:29 GMT-3
-  Documento enviado por email para rita.mesquita@mma.gov.br para assinatura
2026-01-19 - 16:17:30 GMT-3
-  Email visualizado por margaretsymington@gmail.com
2026-01-19 - 16:17:36 GMT-3- Endereço IP: 66.102.8.232

-  Email visualizado por alentejano@pobox.com
2026-01-19 - 16:17:43 GMT-3- Endereço IP: 66.249.88.163
-  Contrato modificado por Bruno Pinheiro (bruno.pinheiro@funbio.org.br)
2026-01-19 - 16:46:16 GMT-3
-  Email visualizado por Rosa Maria Lemos de Sá (rosa.lemos@funbio.org.br)
2026-01-19 - 16:56:46 GMT-3- Endereço IP: 104.47.55.126
-  Mudança no contrato reconhecida por Rosa Maria Lemos de Sá (rosa.lemos@funbio.org.br)
2026-01-19 - 16:56:56 GMT-3
-  Documento assinado eletronicamente por Rosa Maria Lemos de Sá (rosa.lemos@funbio.org.br)
Data da assinatura: 2026-01-19 - 16:57:26 GMT-3 - Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 87.130.47.243
-  Mudança no contrato reconhecida por alentejano@pobox.com
2026-01-19 - 17:41:20 GMT-3
-  O signatário alentejano@pobox.com inseriu o nome José A Alentejano ao assinar
2026-01-19 - 17:46:20 GMT-3- Endereço IP: 179.176.60.164
-  Documento assinado eletronicamente por José A Alentejano (alentejano@pobox.com)
Data da assinatura: 2026-01-19 - 17:46:22 GMT-3 - Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 179.176.60.164
-  Email visualizado por carola.griebenow@gmail.com
2026-01-19 - 17:58:17 GMT-3- Endereço IP: 140.248.36.54
-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-01-19 - 18:03:41 GMT-3- Endereço IP: 140.248.36.55
-  Mudança no contrato reconhecida por margaretsymington@gmail.com
2026-01-19 - 18:35:53 GMT-3
-  O signatário margaretsymington@gmail.com inseriu o nome Meg Symington ao assinar
2026-01-19 - 19:06:15 GMT-3- Endereço IP: 208.58.213.41
-  Documento assinado eletronicamente por Meg Symington (margaretsymington@gmail.com)
Data da assinatura: 2026-01-19 - 19:06:17 GMT-3 - Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 208.58.213.41
-  Email visualizado por francisco.oliveira@moore.org
2026-01-20 - 15:04:59 GMT-3- Endereço IP: 177.17.186.19
-  Email visualizado por rita.mesquita@mma.gov.br
2026-01-20 - 16:20:16 GMT-3- Endereço IP: 4.203.152.200
-  Mudança no contrato reconhecida por rita.mesquita@mma.gov.br
2026-01-20 - 16:27:14 GMT-3

-  O signatário rita.mesquita@mma.gov.br inseriu o nome Rita de Cássia G. Mesquita ao assinar
2026-01-20 - 16:33:49 GMT-3- Endereço IP: 45.231.204.254
-  Documento assinado eletronicamente por Rita de Cássia G. Mesquita (rita.mesquita@mma.gov.br)
Data da assinatura: 2026-01-20 - 16:33:51 GMT-3 - Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 45.231.204.254
-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-01-20 - 16:41:15 GMT-3- Endereço IP: 140.248.36.55
-  Mudança no contrato reconhecida por francisco.oliveira@moore.org
2026-01-20 - 20:21:36 GMT-3
-  O signatário francisco.oliveira@moore.org inseriu o nome Francisco Jose Barbosa de Oliveira Filho ao assinar
2026-01-20 - 20:24:27 GMT-3- Endereço IP: 177.174.212.30
-  Documento assinado eletronicamente por Francisco Jose Barbosa de Oliveira Filho (francisco.oliveira@moore.org)
Data da assinatura: 2026-01-20 - 20:24:29 GMT-3 - Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 177.174.212.30
-  Email visualizado por carola.griebenow@gmail.com
2026-01-21 - 7:02:03 GMT-3- Endereço IP: 172.226.108.23
-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-01-21 - 16:22:34 GMT-3- Endereço IP: 140.248.36.54
-  Email visualizado por carola.griebenow@gmail.com
2026-01-22 - 18:46:58 GMT-3- Endereço IP: 104.28.62.41
-  Email visualizado por avecita.chicchon@moore.org
2026-01-23 - 1:12:35 GMT-3- Endereço IP: 143.105.157.113
-  Mudança no contrato reconhecida por avecita.chicchon@moore.org
2026-01-23 - 1:13:03 GMT-3
-  O signatário avecita.chicchon@moore.org inseriu o nome Avecita Chicchón ao assinar
2026-01-23 - 1:16:02 GMT-3- Endereço IP: 143.105.157.113
-  Documento assinado eletronicamente por Avecita Chicchón (avecita.chicchon@moore.org)
Data da assinatura: 2026-01-23 - 1:16:04 GMT-3 - Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 143.105.157.113
-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-01-23 - 1:23:28 GMT-3- Endereço IP: 104.28.89.74
-  Email visualizado por carola.griebenow@gmail.com
2026-01-25 - 6:27:03 GMT-3- Endereço IP: 140.248.36.55

-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-01-26 - 16:31:20 GMT-3- Endereço IP: 172.225.30.53
-  Email visualizado por carola.griebenow@gmail.com
2026-01-27 - 8:31:59 GMT-3- Endereço IP: 172.226.108.18
-  Novo URL de documento solicitado por gerencia.arpa@funbio.org.br
2026-01-27 - 9:21:05 GMT-3- Endereço IP: 186.205.155.201
-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-01-27 - 16:46:41 GMT-3- Endereço IP: 172.226.87.19
-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-01-28 - 16:38:49 GMT-3- Endereço IP: 172.226.87.14
-  Email visualizado por carola.griebenow@gmail.com
2026-01-29 - 9:02:34 GMT-3- Endereço IP: 104.28.45.23
-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-01-29 - 20:07:48 GMT-3- Endereço IP: 172.224.237.36
-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-01-30 - 16:37:28 GMT-3- Endereço IP: 146.75.222.1
-  Email visualizado por carola.griebenow@gmail.com
2026-01-31 - 8:22:17 GMT-3- Endereço IP: 104.28.114.19
-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-02-02 - 17:06:50 GMT-3- Endereço IP: 172.225.30.45
-  Email visualizado por carola.griebenow@gmail.com
2026-02-03 - 7:14:23 GMT-3- Endereço IP: 104.28.63.98
-  Novo URL de documento solicitado por gerencia.arpa@funbio.org.br
2026-02-03 - 10:57:29 GMT-3- Endereço IP: 186.205.155.201
-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-02-03 - 16:40:25 GMT-3- Endereço IP: 146.75.222.1
-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-02-04 - 21:18:27 GMT-3- Endereço IP: 146.75.222.1
-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-02-05 - 16:47:47 GMT-3- Endereço IP: 172.226.87.43
-  Email visualizado por carola.griebenow@gmail.com
2026-02-06 - 7:49:07 GMT-3- Endereço IP: 104.28.63.102

-  Mudança no contrato reconhecida por carola.griebenow@gmail.com
2026-02-06 - 7:49:37 GMT-3
-  O signatário carola.griebenow@gmail.com inseriu o nome Carola Griebenow ao assinar
2026-02-06 - 7:51:00 GMT-3- Endereço IP: 179.173.125.235
-  Documento assinado eletronicamente por Carola Griebenow (carola.griebenow@gmail.com)
Data da assinatura: 2026-02-06 - 7:51:02 GMT-3 - Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 179.173.125.235
-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-02-06 - 16:36:02 GMT-3- Endereço IP: 146.75.222.1
-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-02-09 - 18:55:41 GMT-3- Endereço IP: 104.28.132.123
-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-02-10 - 16:51:58 GMT-3- Endereço IP: 104.28.88.49
-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-02-11 - 17:20:57 GMT-3- Endereço IP: 104.28.88.47
-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-02-12 - 17:02:21 GMT-3- Endereço IP: 104.28.88.48
-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-02-13 - 16:38:41 GMT-3- Endereço IP: 104.28.88.48
-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-02-16 - 16:46:43 GMT-3- Endereço IP: 172.225.30.92
-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-02-17 - 17:28:47 GMT-3- Endereço IP: 104.28.39.141
-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-02-18 - 16:28:36 GMT-3- Endereço IP: 104.28.77.178
-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-02-19 - 22:22:27 GMT-3- Endereço IP: 104.28.132.139
-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-02-20 - 16:55:28 GMT-3- Endereço IP: 140.248.4.1
-  Email visualizado por cerrado95@yahoo.com
2026-02-23 - 16:59:08 GMT-3- Endereço IP: 73.191.25.32
-  Mudança no contrato reconhecida por cerrado95@yahoo.com
2026-02-23 - 16:59:50 GMT-3

 O signatário cerrado95@yahoo.com inseriu o nome Adriana Gonçalves Moreira ao assinar

2026-02-23 - 17:01:01 GMT-3- Endereço IP: 73.191.25.32

 Documento assinado eletronicamente por Adriana Gonçalves Moreira (cerrado95@yahoo.com)

Data da assinatura: 2026-02-23 - 17:01:03 GMT-3 - Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 73.191.25.32

 Contrato finalizado.

2026-02-23 - 17:01:03 GMT-3